
***China Construction
Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.***
***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2023
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Banco em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perda esperada ao risco de crédito (Notas 3(f), 8(d) e 11)

A determinação do valor da provisão para perda esperada ao risco de crédito é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, realização de garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do BACEN.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil que continua a ser definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à concessão de crédito e a respectiva análise e aprovação do risco do devedor.

Analizamos os critérios descritos em política e os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como (i) recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações; e (ii) testamos a integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para o recálculo da provisão.

Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, para a determinação e registro contábil da provisão para perda esperada ao risco de crédito, são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Créditos tributários (Notas 3(j) e 14(a))

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do

Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos

Porque é um PAA

para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica que continua a ser definida como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

adequados da Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação continua a ser considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. (“CCB Brasil” ou “Banco”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2023. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados, são demonstrados em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

Desempenho do Primeiro Semestre de 2023

Ao final do primeiro semestre de 2023, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.319,7 milhões (R\$ 10.157,5 milhões em 31 de dezembro de 2022). O saldo da carteira de crédito junto ao segmento corporativo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 9.546,7 milhões (R\$ 9.319,3 milhões em dezembro de 2022), enquanto a à carteira de crédito varejo, composta basicamente por operações de crédito consignado, encerrou o primeiro semestre de 2023 com R\$ 773,1 milhões, queda de 7,8% em relação a dezembro de 2022, cujo saldo desta carteira era de R\$ 838,2 milhões.

Os índices de NPL (non performing loans), formados pela parcela da carteira de crédito classificada entre os níveis de risco D e H, demonstram positiva performance da qualidade da carteira corporativa. A carteira em 30 de junho de 2023 apresentou 1,7% de NPL, enquanto em 31 de dezembro de 2022 3,1%. Foram realizados controles para manter o processo de redução da relação NPL e despesas de provisões, mantendo a estabilidade na qualidade da carteira de crédito.

Em relação ao Funding, observamos um aumento de 5,4% da captação em reais nesse semestre. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 4.725,5 milhões, com um acréscimo de 12,3% ante dezembro do ano passado. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 1.321,1 milhões, aumento de 19,1% na comparação com 31 de dezembro de 2022.

Em 30 de junho de 2023, recursos da Matriz representavam 28,4% da captação total de R\$ 16.484,8 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com funding destinado a continuidade das suas atividades operacionais e aderentes às condições de mercado.

O resultado bruto da intermediação financeira do semestre findo em 30 de junho de 2023 alcançou R\$ 157,8 milhões, aumento de 8,46% ante o resultado obtido no semestre findo em 30 de junho de 2022 no montante de R\$ 145,5 milhões.

O prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 20,1 milhões.

Em 30 de junho de 2023, o patrimônio líquido do banco alcançou R\$ 1.628,8 milhões e o índice de Basileia era de 15,16%.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 28 de agosto de 2023).

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Semestre findos em 30 de junho de 2023

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento às normas do Banco Central do Brasil – BACEN e ao estatuto da instituição.

O Comitê analisou as demonstrações contábeis relativas ao primeiro semestre de 2023 (balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas), com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. Com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações contábeis, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria efetuou recomendações visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento dos controles internos, Compliance e gerenciamento de riscos, cujas ações são acompanhadas pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração do CCB Brasil.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

Comitê de auditoria.

Balço Patrimonial

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		20.013.028	16.973.468
Disponibilidades		16.238	50.727
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.600.778	1.844.012
Títulos e valores mobiliários	6.b	4.785.388	4.510.349
Derivativos	7.f	192.322	109.322
Operações de crédito	8.a	8.223.276	8.763.763
Operações de câmbio	9	3.903.683	1.548.019
Outros instrumentos financeiros	10	464.885	454.969
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(173.542)	(307.693)
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda		84.949	93.754
Custo		192.907	196.175
Provisão para redução ao valor recuperável		(107.958)	(102.421)
Investimentos		346.597	342.040
Participações societárias	13	346.395	341.834
Outros investimentos		202	206
Imobilizado		5.445	6.321
Custo		96.727	96.720
Depreciação acumulada		(90.893)	(90.009)
Provisão para redução ao valor recuperável		(389)	(390)
Ativo Intangível		2.632	1.385
Custo		27.897	25.736
Amortização acumulada		(25.265)	(24.351)
Ativos Fiscais		1.179.658	1.202.562
Impostos a compensar		42.498	16.127
Crédito tributário	14.a	756.498	805.773
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	380.662	380.662
Outros Ativos		92.350	79.799
Total do Ativo		21.724.659	18.699.329

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

(continuação)

PASSIVO	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros			
		18.524.233	16.079.070
Captações no mercado	16	10.820.948	10.317.894
Obrigações por empréstimos e repasses	17	4.844.580	4.670.897
Derivativos	7.f	84.796	49.406
Operações de câmbio	9	1.946.584	140.906
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	18	819.264	887.009
Outros instrumentos financeiros	19	8.061	12.958
Provisões	20	1.167.629	1.135.009
Obrigações Fiscais			
		292.815	310.995
Impostos correntes		16.019	25.561
Impostos diferidos	14.c	193.239	202.289
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	83.557	83.145
Outras Obrigações	23	111.204	67.830
Total do Passivo		20.095.881	17.592.904
Patrimônio Líquido			
Capital social	24.a	2.956.864	2.956.864
Aumento de capital	24.a	540.370	-
Ações em tesouraria	24.b	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.816.327)	(1.796.187)
Reservas de capital		899	899
Outros resultados abrangentes		2.077	(46)
Total do Patrimônio Líquido		1.628.778	1.106.425
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		21.724.659	18.699.329

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Receitas da Intermediação Financeira		515.401	361.551
Operações de crédito	26	316.199	144.749
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	27	385.017	306.884
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	28	(63.936)	(20.573)
Resultado de câmbio	29	(121.879)	(69.509)
Despesas da Intermediação Financeira		(357.632)	(216.089)
Obrigações por empréstimos e repasses	31	216.296	256.779
Operações de captações no mercado	32	(640.563)	(528.755)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	33	67.745	58.225
Outras despesas de intermediação financeira	30	(1.110)	(2.338)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito		157.769	145.462
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	2.321	6.042
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		160.090	151.504
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(147.246)	(156.197)
Receitas com prestação de serviços e tarifas	34	19.668	25.217
Despesas de pessoal	35	(82.256)	(87.755)
Outras despesas administrativas	36	(37.319)	(40.127)
Outras receitas operacionais	37	23.862	15.333
Outras despesas operacionais	38	(31.696)	(34.281)
Resultado de participações societárias	13	4.655	(10.258)
Provisão para passivos contingentes	21.a	(40.233)	(23.627)
Provisão para garantias prestadas		(3.927)	(699)
Resultado Operacional		12.844	(4.693)
Resultado não Operacional	39	(3.451)	3.823
Resultado Antes da Tributação		9.393	(870)
Imposto de renda e contribuição social	14.d	9.367	-
Impostos diferidos	14.d	(38.900)	(21.045)
Prejuízo do Semestre		(20.140)	(21.915)
Quantidade de ações (mil)		459.233	459.233
Prejuízo por ação - R\$		(0,04)	(0,05)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Prejuízo do Semestre	(20.140)	(21.915)
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados Subsequentemente para Lucro (Prejuízo) Líquido	2.123	708
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Variação ao valor justo	3.860	1.287
Crédito tributário	(1.737)	(579)
Resultado Abrangente do Semestre	<u>(18.017)</u>	<u>(21.207)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de capital</u>						Total
	Capital Social	Aumento de capital	Ações em tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2022	2.956.864	-	(55.105)	899	(1.481)	(1.774.358)	1.126.819
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	708	-	708
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(21.915)	(21.915)
Saldos em 30 de junho de 2022	2.956.864	-	(55.105)	899	(773)	(1.796.273)	1.105.612
Mutações do semestre	-	-	-	-	708	(21.915)	(21.207)
Saldos em 01 de janeiro de 2023	2.956.864	-	(55.105)	899	(46)	(1.796.187)	1.106.425
Aumento de capital em espécie	-	540.370	-	-	-	-	540.370
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	2.123	-	2.123
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(20.140)	(20.140)
Saldos em 30 de junho de 2023	2.956.864	540.370	(55.105)	899	2.077	(1.816.327)	1.628.778
Mutações do semestre	-	540.370	-	-	2.123	(20.140)	522.353

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Prejuízo do Semestre		(20.140)	(21.915)
Ajustes ao Resultado		107.241	39.172
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(2.321)	(6.042)
Atualização de depósitos em garantias	37	(14.426)	(12.438)
Provisão para passivos contingentes	21.a	40.233	23.627
Provisão para empréstimos vinculados a operações de crédito	31	40.434	30.364
Outras provisões operacionais		10.018	450
Depreciação e amortização	36	1.873	4.620
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	14	38.900	21.045
Resultado de participações societárias	13	(4.655)	10.258
Perda na venda de tangível	39	-	257
(Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	39	(2.634)	(3.637)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(181)	(29.332)
Lucro ajustado		87.101	17.257
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		456	(617)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(271.180)	(200.138)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(47.610)	(51.000)
Redução na carteira de crédito		420.176	428.915
(Aumento) redução em carteira de câmbio Ativo		(2.355.664)	325.566
Aumento (redução) em carteira de câmbio Passivo		1.805.678	(96.876)
(Aumento) em outros instrumentos financeiros e outros ativos		(297.148)	(150.864)
Aumento em captação no mercado		503.054	399.267
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.344)	(5.185)
Pagamento de juros		(191.050)	(27.470)
Pagamento de contingências	21.a	(9.230)	(3.764)
Recebimento de juros		254.121	180.062
Aumento (redução) em outras obrigações		32.867	(10.999)
(Redução) em outros instrumentos financeiros - passivo		(4.897)	(78.660)
Dividendos recebidos	13.a	217	1.362
Juros sobre o capital próprio recebidos	13.b	8.500	-
Caixa Líquido (Utilizado) Originado em Atividades Operacionais		(65.953)	726.856
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		(6.172)	16.755
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(81)	84
Aplicação no intangível		(2.162)	(1.845)
Alienação de investimentos		(4)	90
Caixa Líquido (Utilizado) Originado em Atividades de Investimentos		(8.419)	15.084
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		14.954.457	4.420.329
(Redução) em instrumento de dívida elegíveis a capital	33	(67.745)	(58.225)
Pagamento de empréstimos		(14.630.158)	(4.952.203)
Aumento de capital		540.370	-
Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades de Financiamento		796.924	(590.099)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		722.552	151.841
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	1.890.422	2.003.848
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		181	29.332
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	2.613.155	2.185.021
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		722.552	151.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding – Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas o Banco atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito.

Tendo em vista uma reorganização societária, encontra-se em processo de implementação medidas de reposicionamento das operações do Conglomerado CCB, dentre elas o aumento de capital no montante de R\$ 540 milhões, efetuado pelo novo acionista Bank of China Limited (BOC), homologado pelo Banco Central do Brasil em 22 de agosto de 2023. O referido aumento possibilitará incremento nos níveis de alavancagem e de operações do Conglomerado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil, incluída a dependência no exterior, foram elaboradas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 do BACEN, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19 e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 41).

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BCB nº 02/20, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

Para melhorar apresentação das demonstrações contábeis, os saldos referentes as “negociações e intermediações de valores” de R\$ 26.332 e de R\$ 18.907 no ativo e no passivo, respectivamente, antes apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica “Outros instrumentos financeiros” foram reclassificados para a rubrica “Derivativos”.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os semestres apresentados.

O Conglomerado CCB Brasil elaborou plano de implementação dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros requeridos pela Resolução CMN nº 4.966/21. O referido Plano de Implementação está segregado da seguinte forma:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas;
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Contábeis serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do semestre.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do semestre.

f) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8.d – Composição da carteira por níveis de risco.

g) Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

i) Participação societária

As participações societárias são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

j) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 20% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. De 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022, de acordo com a Lei nº 14.446/22, a contribuição social foi de 21%.

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram calculados considerando a alíquota vigente na data da sua realização.

k) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	16.238	50.727
Aplicações no mercado aberto	2.008.985	1.500.239
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.242	56.438
Aplicações em moedas estrangeiras	553.690	283.018
Total	2.613.155	1.890.422

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações no mercado aberto	2.008.985	1.500.239
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.103	60.755
Aplicações em moedas estrangeiras	553.690	283.018
Total	2.600.778	1.844.012

Circulante	2.599.400	1.842.728
Não circulante	1.378	1.284
Total	2.600.778	1.844.012

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	30/06/2023						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Subtotal Circulante	Não Circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	336.057	1.043.304	1.379.361	3.293.874	4.673.235	4.669.459	4.673.235
Carteira própria (*)	124.328	12.784	137.112	349.045	486.157	485.850	486.157
Letras Financeiras Tesouro	124.328	12.784	137.112	349.045	486.157	485.850	486.157
Vinculados a operações compromissada	11.439	1.030.520	1.041.959	2.105.836	3.147.795	3.145.041	3.147.795
Letras Financeiras Tesouro	11.439	1.030.520	1.041.959	2.105.836	3.147.795	3.145.041	3.147.795
Vinculados ao Banco Central	-	-	-	548.657	548.657	548.050	548.657
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	548.657	548.657	548.050	548.657
Vinculados a prestação de garantias (**)	200.290	-	200.290	290.336	490.626	490.518	490.626
Letras Financeiras Tesouro	200.290	-	200.290	290.336	490.626	490.518	490.626
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	112.153	112.153	112.153	112.153
Carteira própria	-	-	-	112.153	112.153	112.153	112.153
Cotas – FIDC	-	-	-	112.153	112.153	112.153	112.153
Total	336.057	1.043.304	1.379.361	3.406.027	4.785.388	4.781.612	4.785.388

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 489.151 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 803 referente a processos judiciais e R\$ 672 referente a outras garantias.

	31/12/2022						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	719.487	315.562	1.035.049	3.370.652	4.405.701	4.405.784	4.405.701
Carteira própria (*)	111.268	115.458	226.726	908.492	1.135.218	1.135.124	1.135.218
Letras Financeiras Tesouro	111.268	115.458	226.726	908.492	1.135.218	1.135.124	1.135.218
Vinculados a operações compromissadas	608.219	200.104	808.323	2.378.208	3.186.531	3.186.729	3.186.531
Letras Financeiras Tesouro	608.219	200.104	808.323	2.378.208	3.186.531	3.186.729	3.186.531
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	-	83.952	83.952	83.931	83.952
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	83.952	83.952	83.931	83.952
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	104.648	104.648	104.648	104.648
Carteira própria	-	-	-	104.648	104.648	104.648	104.648
Cotas – FIDC	-	-	-	104.648	104.648	104.648	104.648
Total	719.487	315.562	1.035.049	3.475.300	4.510.349	4.510.432	4.510.349

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 82.569 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 752 referente a processos judiciais e R\$ 631 referente a outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador do Fundo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas do Fundo de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo Administrador do Fundo.

7. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o semestre vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2023 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2023), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2023 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência										
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)										Total
	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não circulante	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	
Contratos de Swap											
Mercado Interfinanceiro	30.123	79.639	109.762	139	-	139	47.615	116.736	164.351	521.969	686.320
Moeda Estrangeira	14.984	-	14.984	8.395	8.226	16.621	(77.379)	(120.558)	(197.937)	(512.061)	(709.998)
Pré	4.614	-	4.614	-	-	-	29.764	3.822	33.586	(9.908)	23.678
Subtotal	49.721	79.639	129.360	8.534	8.226	16.760	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	3.325	21.281	24.606	234	755	989	-	-	-	-	-
Total	53.046	100.920	153.966	8.768	8.981	17.749	-	-	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Contratos de Termo/NDF											
Compra de Termo/NDF	77	-	77	15.211	7.129	22.340	274.143	66.068	340.211	59.638	399.849
Venda de Termo/NDF	9.034	-	9.034	3	-	3	133.600	19.622	153.222	-	153.222
Subtotal	9.111	-	9.111	15.214	7.129	22.343					
Total	62.157	100.920	163.077	23.982	16.110	40.092					
Contratos Futuros											
Compra – Mercado Interfinanceiro	107	-	107	-	-	-	84.935	57.795	142.730	82.423	225.153
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	-	-	638	-	638	(112.805)	(284.556)	(397.361)	(313.426)	(710.787)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	-	-	8.315	-	8.315	103.011	215.305	318.316	227.858	546.174
Venda – DDI – Cupom Cambial	302	-	302	-	-	-	-	(6.765)	(6.765)	(13.468)	(20.233)
Compra – Moeda Estrangeira	-	-	-	35.743	-	35.743	2.383.001	-	2.383.001	-	2.383.001
Venda – Moeda Estrangeira	28.836	-	28.836	8	-	8	(2.017.282)	-	(2.017.282)	-	(2.017.282)
Total	29.245	-	29.245	44.704	-	44.704					
Total Derivativos	91.402	100.920	192.322	68.686	16.110	84.796					

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência										
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)										Total
	Circulante	Não circulante	Diferencial	Circulante	Não circulante	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	
Contratos de Swap											
Mercado Interfinanceiro	25.619	37.570	63.189	240	1.688	1.928	68.402	243.468	311.870	607.902	919.772
Moeda Estrangeira	283	1.657	1.940	4.993	4.622	9.615	(68.402)	(275.265)	(343.667)	(614.272)	(957.939)
Pré	584	-	584	-	119	119	-	31.797	31.797	6.370	38.167
Subtotal	26.486	39.227	65.713	5.233	6.429	11.662	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(133)	15.289	15.156	(404)	360	(44)	-	-	-	-	-
Total	26.353	54.516	80.869	4.829	6.789	11.618	-	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF											
Compra de Termo/NDF	1.442	-	1.442	14.232	2.238	16.470	201.139	172.957	374.096	15.653	389.749
Venda de Termo/NDF	679	-	679	2.411	-	2.411	89.685	21.460	111.145	-	111.145
Subtotal	2.121	-	2.121	16.643	2.238	18.881	-	-	-	-	-
Total	28.474	54.516	82.990	21.472	9.027	30.499	-	-	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Contratos Futuros (*)											
Compra – Mercado											
Interfinanceiro	20	-	20	-	-	-	50.132	134.757	184.889	22.842	207.731
Venda – Mercado											
Interfinanceiro	-	-	-	284	-	284	(166.820)	(277.917)	(444.737)	(403.469)	(848.206)
Cupom Cambial											
Compra – DDI –											
Cupom Cambial	17.330	-	17.330	4.270	-	4.270	1.245.731	1.101.887	2.347.618	453.719	2.801.337
Venda – DDI –											
Cupom Cambial	691	-	691	108	-	108	(115.762)	(7.776)	(123.539)	-	(123.539)
Compra – Moeda											
Estrangeira	4.016	-	4.016	806	-	806	574.931	-	574.931	-	574.931
Venda – Moeda											
Estrangeira	4.275	-	4.275	13.439	-	13.439	(2.301.100)	-	(2.301.100)	-	(2.301.100)
Total	26.332	-	26.332	18.907	-	18.907					
<hr/>											
Total Derivativos	54.806	54.516	109.322	40.379	9.027	49.406					

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	30/06/2023	31/12/2022
		Valor Justo/Contábil	Valor Justo/Contábil
LFT	01/09/2023	200.290	-
LFT	01/09/2024	288.861	82.569
		489.151	82.569

g) Hedge accounting

Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo passaram a ser registrados no Banco a partir de janeiro de 2022.

Captações Externas

Com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USD x CDI), com valores, prazos e taxas similares, e a partir de abril de 2022 designou operações de empréstimos realizadas a partir daquela data como item objeto hedge accounting de valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

30/06/2023	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefetividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Crédito (nota 26)	559.031	-	564.140	-	1.950	692.470	14.815
Hedge de Captação indexadas ao dólar (nota 31)	-	2.415.692	-	2.406.215	19.193	2.426.868	12.894
Total	559.031	2.415.692	564.140	2.406.215	21.143	3.119.338	27.709

31/12/2022	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefetividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Crédito	585.790	-	576.084	-	952	839.829	(9.706)
Hedge de Captação indexadas ao dólar	-	1.869.997	-	1.873.414	(4.420)	1.871	(3.417)
Total	585.790	1.869.997	576.084	1.873.414	(3.468)	841.700	(13.123)

8. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Financiamentos à exportação	3.551.455	3.537.447
Capital de giro e descontos	2.750.703	3.186.900
Crédito pessoal consignado	765.309	825.795
Financiamentos rurais e agroindustriais	745.866	668.331
Financiamentos à importação	149.878	269.370
Financiamentos de veículos	37.288	38.859
Devedores por compra de valores e bens	15.082	17.785
Operações de crédito vinculados a cessão (*)	7.757	12.403
Outros	199.938	206.873
Operações de crédito	8.223.276	8.763.763
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	2.096.463	1.393.735
TOTAL	10.319.739	10.157.498

(*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira, classificadas como Crédito pessoal consignado no consolidado (nota 8.f).

(**) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Passivo - Operações de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Ativo - Operações de câmbio" (nota 9).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Diversificação por setor de atividade

	30/06/2023	31/12/2022
Setor privado	9.535.866	9.307.250
Indústria	4.684.016	4.780.456
Comércio	2.815.656	2.146.468
Outros serviços	1.803.584	2.143.363
Agronegócio	232.610	236.963
Pessoas físicas	783.873	850.248
Total	10.319.739	10.157.498

c) Diversificação por prazos – por parcela

	30/06/2023	%	31/12/2022	%
Vencidos a partir de 15 dias	14.342	0,14	9.021	0,10
Avencer até 03 meses	1.801.474	17,47	2.197.123	21,62
Avencer de 03 meses até 01 ano	4.746.455	46,02	3.929.340	38,68
Total Circulante	6.562.271	63,63	6.135.484	60,40
Não Circulante	3.757.468	36,37	4.022.014	39,60
Total	10.319.739	100	10.157.498	100

d) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	30/06/2023			31/12/2022		
	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	5.105.024	49,47	-	4.418.826	43,50	-
A	3.592.087	34,81	17.960	3.543.887	34,89	17.719
B	1.341.086	13,00	13.411	1.811.429	17,83	18.114
C	108.601	1,05	3.258	65.438	0,65	1.963
D	3.646	0,03	365	13.027	0,13	1.303
E	8.946	0,09	2.684	20.277	0,20	6.083
F	11.722	0,11	5.861	5.695	0,06	2.847
G	62.079	0,60	43.455	64.184	0,63	44.929
H	86.548	0,84	86.548	214.735	2,11	214.735
Total	10.319.739	100,00	173.542	10.157.498	100,00	307.693

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Níveis de concentração de risco

	30/06/2023		31/12/2022	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	310.901	3,01	179.558	1,77
10 Maiores devedores	1.722.372	16,69	1.536.523	15,13
100 Maiores devedores	8.218.217	79,64	7.727.987	76,08

f) Operações vinculadas a cessão (cessão de crédito interbancário)

Em exercícios anteriores foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.

As referidas cessões estão classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” e apresentam o saldo de R\$ 7.757 (Dezembro/22 – R\$ 12.403), e o valor registrado como obrigações por operações de crédito vinculadas à cessão, apresentado no passivo em “Outros Instrumentos financeiros” (nota 19), é de R\$ 8.021 (Dezembro/22 – R\$ 12.955). A despesa com obrigações vinculadas registrada no exercício foi de R\$ 1.110 (Junho/22 – R\$ 2.338), que se encontram na rubrica da Demonstração de Resultado “Outras despesas de intermediação financeira” (nota 30), decorrentes da apropriação “pro rata temporis” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

9. OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	30/06/2023	31/12/2022
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	2.905.741	1.454.431
Direitos sobre vendas de câmbio	947.135	66.926
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	51.221	27.473
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(414)	(811)
Total	3.903.683	1.548.019
Circulante	3.853.443	1.344.112
Não circulante	50.240	203.907
Total	3.903.683	1.548.019
Passivo		
Obrigações por compras de câmbio	3.042.578	1.417.443
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(2.045.242)	(1.366.262)
Câmbio vendido a liquidar	949.248	89.725
Total	1.946.584	140.906

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Circulante	1.946.584	140.906
Total	1.946.584	140.906

10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – ATIVO

	30/06/2023	31/12/2022
Devedores por depósito em garantia	452.580	438.668
Rendas a receber	12.297	16.154
Títulos e créditos a receber	8	147
Total	464.885	454.969

Circulante	12.298	5.685
Não circulante	452.587	449.284
Total	464.885	454.969

11. PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA AO RISCO DE CRÉDITO

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	307.693	378.569
(Reversão) constituição de provisão para créditos do semestre/ano	(2.321)	444
Subtotal	305.372	379.013
Baixas para prejuízo (*)	(131.830)	(71.320)
Saldo final	173.542	307.693
Recuperação de créditos baixados	69.359	90.355
Percentual da provisão sobre carteira	1,68	3,03
Circulante	69.703	140.412
Não circulante	103.839	167.281
Total	173.542	307.693

(*) Do montante de baixas, R\$ 108.323 (Dezembro/22 – R\$ -) referem-se a operações de crédito vinculadas a captações de acordo com a regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02 (Nota 17).

Em 30 de junho de 2023 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 1.436.015 (Dezembro/22 – R\$ 1.729.868). Destaca-se que, conforme parágrafo 3º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. Neste caso, incluem-se renegociações que não implicam, necessariamente, em readequações frente a questões relacionadas à capacidade de pagamento dos contratos em si, mas toda e qualquer alteração condições de pagamento originalmente pactuadas. O saldo de provisão para os créditos renegociados é de R\$ 93.774 (Dezembro/22 – R\$ 210.871).

Do montante de contratos renegociados, R\$ 172.182 (Dezembro/22 – R\$ 312.860) abrange contratos repactuados em razão de dificuldades financeiras dos devedores.

12. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	30/06/2023	31/12/2022
Imóveis	175.218	179.143
Máquinas e equipamentos	15.581	15.668
Veículos e afins	1.793	1.049
Outros	315	315
Subtotal	192.907	196.175
Provisão para redução ao valor recuperável	(107.958)	(102.421)
Total	84.949	93.754

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As principais informações das sociedades em que o Banco possui participação direta são assim demonstradas:

Nome da empresa	30/06/2023						31/12/2022
	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro/ (prejuízo) líquido	Resultado de Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	300.948	14.990	14.990	300.948	285.958
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	22.786	786	786	22.786	22.000
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	871	31	31	871	840
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	5.042	196	196	5.042	4.846
CCB Brasil S.A. - CFI	116.405.774	100%	16.720	(11.443)	(11.443)	16.720	28.163
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	1.354.000	1,67%	1.695	66	1	28	27
Subtotal					4.561	346.395	341.834
CCB Brasil Cobrança Ltda. (*)	110.402.810	3,75%	(14)	(15)	(1)	(1)	-
Brasifactors S.A. (*)	62.931	50%	(10.062)	205	95	(5.031)	(5.126)
Total					4.655	341.363	336.708

(*) Em decorrência dos Patrimônios Líquidos da Brasifactors S.A. e CCB Brasil Cobrança Ltda. apresentarem saldo devedor, os montantes equivalente à participação do Banco estão registrados em Outras obrigações (Nota 23).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

a) Dividendos

Em 29 de junho de 2023 o Banco recebeu da subsidiária CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o montante de R\$ 217 em forma de dividendos referentes ao exercício de 2022.

Em 28 de junho de 2022 o Banco recebeu das subsidiárias CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. e CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. os montantes de R\$ 1.289 e R\$ 73, respectivamente, em forma de dividendos referentes ao exercício de 2021.

b) Juros sobre capital próprio

Em 29 de junho de 2023 o Banco recebeu o montante de R\$ 8.500 em forma de juros sobre o capital próprio pela subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A., o qual após a retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultou no montante líquido de R\$ 7.225.

Não houve recebimento de juros sobre o capital próprio da subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. no exercício de 2022.

14. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Créditos tributários diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	31/12/2022	Varição PL	Realizações	Adições	30/06/2023
Imposto de Renda					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	244.830	-	(41.890)	14.886	217.826
Ajuste Hedge Accounting	3.281	-	(3.281)	3.997	3.997
Provisão para desvalorização de bens não de uso	994	-	(994)	-	-
Provisão para contingências e outras	198.547	(21)	(632)	560	198.454
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	447.652	(21)	(46.797)	19.443	420.277
Contribuição Social					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	195.864	-	(33.512)	11.909	174.261
Ajuste Hedge Accounting	2.625	-	(2.625)	3.198	3.198
Provisão para desvalorização de bens não de uso	795	-	(795)	-	-
Provisão para contingências e outras	158.837	(17)	(505)	447	158.762
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	358.121	(17)	(37.437)	15.554	336.221
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	805.773	(38)	(84.234)	34.997	756.498

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										30/06/2023
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Valor Projetado	298.023	177.127	92.483	92.483	96.382	-	-	-	-	-	756.498
Valor Presente (*)	281.229	148.838	69.201	61.621	57.186	-	-	-	-	-	618.075
% Realização	39,4%	23,4%	12,2%	12,2%	12,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										31/12/2022
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Valor Projetado	80.658	173.797	85.337	85.337	89.692	-	-	-	-	290.952	805.773
Valor Presente (*)	70.908	134.319	57.981	50.972	47.098	-	-	-	-	80.225	441.503
% Realização	10,0%	21,6%	10,6%	10,6%	11,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	36,0%	100%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Na data base 30 de junho de 2023, o Banco atende os demais requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente para a manutenção do registro de créditos tributários.

Em 30 de junho de 2023, o Banco possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.034.960 (Dezembro/22 – R\$ 1.023.317), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 225.041 (Dezembro/22 - R\$ 206.353), para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 4.842/20 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o 1º semestre de 2023 o Banco recuperou R\$ 915 (Dezembro/22 – R\$ 1.005), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 412 (Dezembro/22 - R\$ 452), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

	30/06/2023	31/12/2022
Crédito Presumido Constituído	380.662	380.662
Passivo Fiscal Diferido	(83.557)	(83.145)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Passivo fiscal diferido

	31/12/2022	Varição PL	Realizações	Adições	30/06/2023
Imposto de Renda					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	69.149	-	(11.558)	1.160	58.751
Atualização monetária de depósitos judiciais	29.378	-	-	3.479	32.857
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	13.856	944	(13.856)	13.525	14.469
Ajuste Hedge Accounting	-	-	-	1.277	1.277
Subtotal Imposto de Renda	112.383	944	(25.414)	19.441	107.354
Contribuição Social					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	55.319	-	(9.246)	929	47.002
Atualização monetária de depósitos judiciais	23.502	-	-	2.783	26.285
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	11.085	755	(11.084)	10.820	11.576
Ajuste Hedge Accounting	-	-	-	1.022	1.022
Subtotal Contribuição Social	89.906	755	(20.330)	15.554	85.885
Total impostos diferidos	202.289	1.699	(45.744)	34.995	193.239
Crédito presumido IR – Lei nº 12.838/13	46.192	-	-	229	46.421
Crédito presumido CS – Lei nº 12.838/13	36.953	-	-	183	37.136
Total crédito presumido	83.145	-	-	412	83.557
Total Geral	285.434	1.699	(45.744)	35.407	276.796

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	30/06/2023		30/06/2022	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	9.393	9.393	(870)	(870)
Base de cálculo	9.393	9.393	(870)	(870)
Adições temporárias	228.495	228.495	138.865	138.865
Adições permanentes	248.830	248.830	580.880	580.880
Exclusões	(518.481)	(518.481)	(720.761)	(720.761)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(31.763)	(31.763)	(1.886)	(1.886)
Resultado Fiscal Agência Exterior	51.397	51.397	39.459	39.459
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(5.890)	(5.890)	(11.272)	(11.272)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL ajustado	13.744	13.744	26.301	26.301
Conciliação do resultado				
IRRF – Exterior a compensar	(9.367)	-	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo)	(5.744)	(4.593)	3.588	2.870
(=) Provisão IR e CSLL	(15.111)	(4.593)	3.588	2.870
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(19.443)	(15.554)	(19.350)	(15.480)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Realização do crédito tributário	46.797	37.437	27.454	21.963
(=) Efeito líquido do crédito tributário	27.354	21.883	8.104	6.483
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	12.243	17.290	11.692	9.353

15. OUTROS ATIVOS

	30/06/2023	31/12/2022
Pagamentos a ressarcir	38.601	28.409
Devedores diversos no país	38.381	36.370
Relações interfinanceiras	8.858	5.416
Despesas antecipadas	3.342	1.523
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	7.442
Outros	3.168	639
Total	92.350	79.799
Circulante	57.679	54.417
Não circulante	34.671	25.382
Total	92.350	79.799

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO

	30/06/2023					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Subtotal Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	49.240	-	-	49.240	-	49.240
Depósitos de poupança	2.238	-	-	2.238	-	2.238
Depósitos interfinanceiras	-	282.507	-	282.507	215.062	497.569
Depósitos a prazo	-	4.332.006	205.517	4.537.523	187.926	4.725.449
Obrigações por operações compromissadas	-	4.225.366	-	4.225.366	-	4.225.366
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	222	-	222	-	222
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	450.488	743.003	1.193.491	68.322	1.261.813
Letra financeira - LF	-	-	37.237	37.237	21.814	59.051
Total	51.478	9.290.589	985.757	10.327.824	493.124	10.820.948

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	31/12/2022					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	73.550	-	-	73.550	-	73.550
Depósitos de poupança	2.295	-	-	2.295	-	2.295
Depósitos interfinanceiros	-	744.464	-	744.464	890	745.354
Depósitos a prazo	-	1.830.122	1.578.837	3.408.959	797.235	4.206.194
Obrigações por operações compromissadas	-	4.181.011	-	4.181.011	-	4.181.011
Letras de crédito imobiliários – LCI	-	-	84	84	153	237
Letras de crédito do agronegócio – LCA	-	535.081	377.270	912.351	75.485	987.836
Letra financeira - LF	-	24.430	41.442	65.872	55.545	121.417
Total	75.845	7.315.108	1.997.633	9.388.586	929.308	10.317.894

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior.

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 3 meses	De 03 meses a 01 ano	Subtotal Circulante	Não Circulante	30/06/2023	31/12/2022
Repasse no país - instituições oficiais	78.323	42.878	121.201	17.437	138.638	254.067
No exterior	4.406.842	276.492	4.683.334	22.608	4.705.942	4.416.830
Empréstimo com a matriz	3.828.434	-	3.828.434	-	3.828.434	4.190.271
Empréstimo com a matriz - vinculados (*)	-	10.660	10.660	22.608	33.268	20.633
Demais empréstimos no exterior	578.408	265.832	844.240	-	844.240	205.926
Total geral em 30 de junho de 2023	4.485.165	319.370	4.804.535	40.045	4.844.580	
Total geral em 31 de dezembro de 2022	2.099.615	2.555.180	4.654.795	16.102		4.670.897

(*) Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I - Vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II - Subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III - Remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

19. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – PASSIVO

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações por operações de crédito vinculadas a cessão (nota 8.f)	8.021	12.955
Comissões a pagar	40	3
Total	8.061	12.958
Circulante	7.157	9.753
Não circulante	904	3.205
Total	8.061	12.958

20. PROVISÕES

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisões para contingências (nota 21.a)	1.099.261	1.068.258
Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 22)	31.261	27.334
Outras	37.107	39.417
Total	1.167.629	1.135.009
Circulante	62.741	60.728
Não circulante	1.104.888	1.074.281
Total	1.167.629	1.135.009

21. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes, bem com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

Processos cíveis

O Banco possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 203.198 (Dezembro/22 – R\$ 199.012). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato, declaratórios, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Processos trabalhistas

O Banco possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 102.634 (Dezembro/22 – R\$ 101.341). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica tais como horas extras, equiparação salarial, intervalo intrajornada e outros.

Processos fiscais e previdenciários

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 609.831 (Dezembro/22 – R\$ 591.592): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 33.235 (Dezembro/22 – R\$ 32.020).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 99.030 (Dezembro/22 – R\$ 96.068): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. O valor de R\$ 125.853 (Dezembro/22 – R\$ 120.776) foi depositado em juízo.

IRPJ/CSLL PDD - 94 – valor envolvido R\$ 19.310 (Dezembro/22 – R\$ 18.413): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor de R\$ 29.795 (Dezembro/22 – R\$ 28.899) foi depositado em juízo

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – Exercícios 2009 a 2011 – valor envolvido R\$ 64.801 (Dezembro/22 – R\$ 61.400): pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 70.653 (Dezembro/22 – R\$ 67.253) foi depositado em juízo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	31/12/2022	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	30/06/2023
Cíveis	199.012	1.924	(1.644)	8.346	(4.440)	203.198
Trabalhistas	101.341	4.065	(5.345)	7.363	(4.790)	102.634
Subtotal	300.353	5.989	(6.989)	15.709	(9.230)	305.832
<hr/>						
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	96.068	-	-	2.962	-	99.030
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	591.592	-	-	18.239	-	609.831
IRPJ/CSLL PDD 1994	18.413	-	-	897	-	19.310
INSS Administradores – Exercícios 2009 a 2011	61.400	-	-	3.401	-	64.801
Outros	432	-	-	25	-	457
Subtotal	767.905	-	-	25.524	-	793.429
Total	1.068.258	5.989	(6.989)	41.233	(9.230)	1.099.261

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 452.580 sendo R\$ 99.350 – processos cíveis, R\$ 15.488 – processos trabalhistas e R\$ 337.742 – processos fiscais.

Em junho de 2023 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 372 da Repercussão Geral, determinando que as receitas brutas operacionais, decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras, integram a base de cálculo do PIS e da COFINS. Considerando os impactos dessa decisão, o saldo de provisões constituídas pelo CCB Brasil na data base 30 de junho de 2023 é considerado suficiente para absorver as perdas advindas desta discussão.

b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais e previdenciários

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 33.872 (Dezembro/22 – R\$26.450): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor de R\$ 27.632 (Dezembro/22 – R\$ 26.758) foi depositado em juízo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 40.566 (Dezembro/22 – R\$ 40.566): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 46.566 (Dezembro/22 – R\$ 44.594): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 47.063 (Dezembro/22 – R\$ 44.799) foi depositado em juízo.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 92.084 (Dezembro/22 – R\$ 92.084): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – valor envolvido R\$ 1.734 (Dezembro/22 – R\$ 1.669): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 3.052 (Dezembro/22 – R\$ 2.929): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/14 a 12/14, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 4.592 (Dezembro/22 – R\$ 4.423): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

No Banco existem processos, que estão classificados como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 31.746 (Dezembro/22 – R\$ 42.905). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Banco possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 190.909 (Dezembro/22 – R\$ 167.592). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato, declaratórias, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

22. AVAIS E FIANÇAS

	30/06/2023		31/12/2022	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	247.772	27.737	249.296	26.805
Fianças Judiciais - Outros	354.625	3.273	388.792	288
Fianças pagamentos	724.336	145	735.028	137
Fianças performance	74.098	104	35.488	97
Fianças bancárias	93.396	2	144.980	-
Outras fianças	9.330	-	78.110	7
Total	1.503.557	31.261	1.631.694	27.334
Circulante	-	31.246	-	27.203
Não circulante	-	15	-	131
Total	-	31.261	-	27.334

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2023	31/12/2022
Relações interdependências	57.905	15.269
Cretores diversos - país	33.856	38.593
Sociais e estatutárias	14.341	8.804
Ajuste patrimônio negativo de investidas (nota 13)	5.032	5.126
Relações interfinanceiras	70	38
Total	111.204	67.830
Circulante	106.172	62.704
Não circulante	5.032	5.126
Total	111.204	67.830

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

a) Capital Social

Acionista	30/06/2023			31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brazil Financial Holding Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Bank of China Limited (BOC)(*)	149.225.015	81.338.683	230.563.698	-	-	-
Total de ações	446.448.923	249.746.241	696.195.164	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Total em Reais	2.237.176	1.260.058	3.497.234	1.887.438	1.069.426	2.956.864

(*) Ações em processo de emissão

Em 26 de maio de 2023 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 540.370 elevando-o de R\$ 2.956.864 para R\$ 3.497.234, mediante a emissão de 230.563.698 de novas ações ao preço de R\$ 2,34 por ação, sendo 149.225.015 ações ordinárias e 81.338.683 ações preferenciais. Nesta data o CCB Brazil Financial Holding - Investimentos cedeu seu direito de preferência na subscrição das novas ações ao Bank of China Limited (BOC). O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 22 de agosto de 2023.

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2023 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/22 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/22 – R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
Disponibilidades em moedas estrangeiras	3.851	4.312	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	3.851	4.312	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI	34.242	56.438	2.865	6.549
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	34.242	56.438	2.865	6.549
Cotas de Fundo de Investimentos	112.153	104.648	7.504	5.711
FIDC Brasilfactors (b)	112.153	104.648	7.504	5.711
Prestação de serviços	20	40	100	81
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	20	40	100	81
Outros créditos – Rendas a Receber	24.773	30.600	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	24.773	23.158	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	-	7.225	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	-	217	-	-
Depósitos à vista	(869)	(1.315)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(32)	(11)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(56)	(287)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(3)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(1)	(2)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(463)	(456)	-	-
Brasilfactors S.A. (f)	(1)	(6)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(182)	(80)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(132)	(470)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(215.062)	(245.378)	(15.636)	(11.237)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(23.171)	(22.690)	(1.423)	(1.118)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(191.891)	(222.688)	(14.213)	(10.119)
Depósitos a prazo	(371.686)	(113.153)	(16.300)	(4.663)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(840)	(795)	(50)	(39)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(4.773)	(3.996)	(274)	(21)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.857)	(1.803)	(115)	(90)
Brasilfactors S.A. (f)	-	-	-	(26)
FIDC Brasilfactors (b)	(34.718)	(15.115)	(1.139)	(1.055)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(328.111)	(86.538)	(14.602)	(3.401)
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.387)	(4.906)	(120)	(31)
Operações compromissadas	(11.437)	(50.158)	(2.756)	(1.770)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(9.910)	(46.592)	(2.581)	(1.303)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.527)	(3.566)	(175)	(351)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	-	-	-	(116)
LCA	(1.374)	(4.235)	(310)	(461)
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.374)	(4.235)	(310)	(461)
NDF	-	-	-	(5.793)
Brasilfactors S.A. (f)	-	-	-	(5.793)
Obrigações por empréstimos	(3.861.702)	(4.210.904)	249.677	210.920
China Construction Bank Corporation (d)	(3.861.702)	(4.210.904)	249.677	210.920

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
Obrigações por vendas de ativos financeiros – Resolução nº 3.533/08	(8.021)	(12.955)	(1.110)	(2.338)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(8.021)	(12.955)	(1.110)	(2.338)
Repasse cessão de crédito	(2)	(45)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(2)	(45)	-	-

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal-chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 100% (Dezembro/22 – 100%); as operações compromissadas pré-fixadas foram realizadas às taxas médias de 13,65 % a.a. (Dezembro/22 – 13,65% a.a.) e possuem vencimento em 03 de julho de 2023 (Dezembro/22 – 02 de janeiro de 2023), com lastro de até 03 meses (Dezembro/22 – até 03 meses). As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 99,50% do CDI (Dezembro/22 – 99,78%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/22 – até 02 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 96,27% do CDI (Dezembro/22 – 84,52% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Dezembro/22 – em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 5,53% a.a. (Dezembro/22 – 5,53% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 07 anos (Dezembro/22 – em até 07 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8.f.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração – Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações impostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o 1º semestre de 2023 e exercício de 2022, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face ao saldo de prejuízos acumulados apresentado no Patrimônio Líquido do Banco.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração fixa (nota 35)	11.708	13.972
Outros	396	352
Total de despesas do semestre	12.104	14.324

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

26. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Operações de crédito	224.581	121.234
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 11)	69.359	29.235
Marcação a mercado - itens objeto de hedge (nota 7.g)	14.815	(14.255)
Aquisição de recebíveis	6.631	7.778
Renda de títulos de créditos e por venda de bens	813	757
Total de receitas do semestre	316.199	144.749

27. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas de aplicações compromissadas	212.958	167.319
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	88.121	86.860
Resultado de títulos renda fixa	73.319	47.295
Rendas de aplicações no exterior	2.650	(334)
Outras operações com TVM	7.969	5.744
Total de receitas do semestre	385.017	306.884

28. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Swap	112.639	100.341
Mercado Futuro - DI	(6.713)	9.930
Termo de moedas	(33.003)	(62.210)
Mercado Futuro - Dólar	(136.859)	(68.634)
Total de despesas do semestre	(63.936)	(20.573)

29. RESULTADO DE CÂMBIO

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Operações de câmbio	51.678	16.912
Disponibilidades em moedas estrangeiras	(12.222)	40.548
Variações cambiais	(161.335)	(126.969)
Total de despesas do semestre	(121.879)	(69.509)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

30. OUTRAS DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	30/06/2023	30/06/2022
Prejuízo em operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 8.f)	(1.110)	(2.338)
Total de despesas do semestre	(1.110)	(2.338)

31. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	250.559	283.540
Marcação a mercado - Item objeto de hedge (nota 7.g)	12.894	6.803
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	(6.723)	(3.200)
Reversão para empréstimos vinculados a operações (nota 17)	(40.434)	(30.364)
Total de receitas do semestre	216.296	256.779

O Banco possui obrigações com banqueiros no exterior por empréstimos indexados em moeda estrangeira, cujo valor registrado no 1º semestre de 2023 foi impactado pela variação cambial daquele período no montante de R\$ 384.497 de receita (Junho/22 – R\$ 309.216 de receita).

32. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES NO MERCADO

	30/06/2023	30/06/2022
Depósitos a prazo	(264.711)	(263.931)
Operações compromissadas	(261.553)	(202.202)
Despesas de letras do agronegócio - LCA	(58.369)	(36.865)
Depósitos interfinanceiros	(45.973)	(13.973)
Despesas de letras financeiras - LF	(6.711)	(7.870)
Despesa contribuição Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(3.231)	(3.803)
Despesas de letras de créditos imobiliário - LCI	(15)	(111)
Total de despesas do semestre	(640.563)	(528.755)

33. DESPESAS COM INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

	30/06/2023	30/06/2022
Dívida perpétua - variação cambial	67.745	58.225
Total de receitas do semestre	67.745	58.225

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

34. RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas sobre garantias prestadas	14.526	16.317
Rendas de cobrança	708	739
Rendas de tarifas bancárias	649	2.037
Rendas de outros serviços	3.785	6.124
Total de receitas do semestre	<u>19.668</u>	<u>25.217</u>

35. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Salários	(43.753)	(47.136)
Encargos Sociais	(16.836)	(19.255)
Honorários da diretoria (nota 25.b1)	(11.708)	(13.972)
Benefícios	(9.844)	(7.309)
Outros	(115)	(83)
Total de despesas do semestre	<u>(82.256)</u>	<u>(87.755)</u>

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas de serviços de terceiros	(10.575)	(10.589)
Despesas de processamento de dados	(6.885)	(7.279)
Despesas de aluguéis, taxas e condomínio	(9.208)	(8.467)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(4.463)	(4.177)
Despesas de amortização e depreciação	(1.873)	(4.620)
Despesas de manutenção e conservação	(1.742)	(1.757)
Despesas emolumentos judiciais e cartorários	(101)	(337)
Outras despesas	(2.472)	(2.901)
Total de despesas do semestre	<u>(37.319)</u>	<u>(40.127)</u>

37. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Atualização de depósitos em garantia	14.426	12.438
Receitas com programas sociais habitacionais	4.202	-
Renda com aquisição de recebíveis	3.746	-
Recuperação de encargos e despesas	346	203
Reversão de provisão de reestruturação	281	1.764
Outras rendas operacionais	861	928
Total de receitas do semestre	<u>23.862</u>	<u>15.333</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

38. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas tributárias	(17.388)	(21.463)
Provisão para participação nos lucros - empregados	(5.536)	(2.979)
Despesas com comissões	(4.655)	(5.275)
Taxas de processamento	(1.946)	(1.951)
Outras despesas operacionais	(2.171)	(2.613)
Total de despesas do semestre	(31.696)	(34.281)

39. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado de alienação de bens	2.634	3.637
(Constituição) reversão de provisão para outras receitas não operacionais	(6.091)	249
(Prejuízo) baixa de bens de uso	-	(257)
Outras rendas não operacionais	6	194
Total de despesas do semestre	(3.451)	3.823

40. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes às suas operações sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, de Mercado, de Crédito, de Liquidez, Operacionais e a Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isto resulta em uma visão global das exposições às quais o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, além de assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e de aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos relacionados. Atende a Resolução CMN nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e sobre o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado Financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.943/21 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõe-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCO

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o CRO – *Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central, segundo decisão do Conselho de Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e de tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O monitoramento do Risco de Mercado no CCB Brasil é executado por alguns principais tipos de medidas tais como: análise de posições (*stale positions*), controle de nível de exposição cambial, sensibilidades, testes de estresse, o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações), DV01, EVE - *Economic Value of Equity* e NII – *Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são avaliadas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto, os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

ESG – Risco Socioambiental e Climático

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados à capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante e em não circulante.

O CCB Brasil conta com departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez nos prazos circulante e não circulante;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3;
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Em 30 de junho de 2023 o CCB Brasil apresentou seu Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo, o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 6.b), que exceto o saldo daqueles vinculados à prestação de garantias, tem um montante de R\$ 2.454.881 (Dezembro/22 – R\$ 3.286.700), que mesmo classificados no não circulante, representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, e parte dos passivos circulantes são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.839.094 (Dezembro/22 – R\$ 4.210.904), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	30/06/2023		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	12.405.940	2.454.881	14.860.821
Passivo Circulante	(17.339.095)	3.839.094	(13.500.001)
Saldo Líquido	(4.933.155)	6.293.975	1.360.820

Análise de sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela Administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Riscos e Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às políticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2023, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2023, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2023, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os cenários adotados para as Carteiras banking e trading encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo de queda das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre decréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem tendência de alta, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de - 1.000 basis points	deslocamento paralelo de - 2.500 basis points	deslocamento paralelo de - 5.000 basis points
Dólar à Vista	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 30/06/2023 (em R\$ Mil)			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	10.142	26.052	54.629
Taxa Prefixada em Reais	(18.371)	(44.790)	(86.095)
Perda Total	(8.229)	(18.738)	(31.466)

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 30/06/2023 (em R\$ Mil)			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	100	247	479
Taxa Prefixada em Reais	(671)	(1.679)	(3.359)
Perda Total	(571)	(1.432)	(2.880)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para a Instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nesta carteira, sugere-se a avaliação dos resultados das mensurações de Delta *EVE* (*Economic Value of Equity*) e Delta *NII* (*Net Interest Income*) com a metodologia de cálculo normatizada pelo Banco Central do Brasil na Circular 3.876/18 e na Resolução BCB 54/20. Diante disto, ressalta-se que a análise de sensibilidade se trata de uma visão geral das perdas potenciais envolvidas na carteira em caso de materialização dos choques sobre os fatores de riscos estressados de forma isolada. Isto significa que a correlação e os impactos conjunturais não estão sendo considerados nesta análise.

Assim, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (*Head Office*) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Appetite a Riscos, conhecida por RAS (“*Risk Appetite Statement*”), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

A tabela a seguir indica os requerimentos mínimos de capital válidos para 30 de junho de 2023:

Requerimentos Bacen	Válido em 30/06/2023	Válido em 31/12/2022
Índice de Capital Principal	7,0%	7,0%
Índice de Capital de Nível 1	8,5%	8,5%
Índice de Basileia (PR total)	10,5%	10,5%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748/15. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

A tabela a seguir exibe os principais indicadores de capital apurados em 30 de junho 2023 e 31 de dezembro 2022 e atende tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2023 – cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Em R\$ Mil	30/06/2023	31/12/2022
Capital Nível 1	1.897.031	1.979.876
-Capital Principal	1.077.767	1.092.867
-Perpetual Bonds	819.264	887.009
Patrimônio de Referência	1.897.031	1.979.876
-RWACpad	11.097.300	11.020.720
-RWAMpad	72.205	167.968
-RWAOpad	1.347.580	1.332.733
Total RWA	12.517.085	12.521.421
-IRRBB	72.828	90.728
Índices		
Capital Principal	8,61%	8,76%
Nível 1	15,16%	15,87%
Índice de Basileia	15,16%	15,87%
IB para RWA + IRRBB	14,13%	14,55%

O artigo 12 da Resolução CMN nº 4.958/21 determina que as instituições devem manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o, porém, como um requerimento adicional de capital, sem incluí-lo na definição de RWA. No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em Reais (R\$) na declaração de apetite a riscos.

41. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No primeiro semestre de 2023 e 2022, não houve registro de resultados não recorrentes no Banco.

42. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Conselho de Administração

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretor Presidente:	Liping Shang
Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Zhiqiang Zhu
Diretor:	Claudio Augusto Rotolo
Contador:	Fábio José Mazzetto Said CRC: 1SP264988/O-8

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid